

A Revolução Russa e suas influências sobre o contexto no qual se desdobra o debate da revolução brasileira

Carla Curty¹

Jaime León²

Leila Barbosa³

Resumo: O processo revolucionário de 1917 na Rússia é um marco para o movimento revolucionário mundial, influenciando fortemente os debates sobre revolução nos movimentos dos trabalhadores nos diferentes espaços geográficos, como também trazendo fortes influências sobre as reuniões da Internacional Comunista (IC) a partir de então. No Brasil, o movimento dos trabalhadores no início do século XX foi marcado pela forte presença dos anarquistas e dos comunistas, a partir da década de 1920 é possível identificar as influências da Revolução sobre os movimentos dos trabalhadores comunistas, levando à fundação do Partido Comunista do Brasil (PCB) em 1922. No contexto do PCB, o movimento comunista passa a assimilar as caracterizações e estratégias políticas aprovadas pela Internacional Comunista para a estratégia revolucionária mundial e, em especial, para os países latino-americanos, estabelecendo assim os marcos para o debate sobre revolução no país. Debate este que se transforma ao longo do século XX e se desenvolve não só no âmbito do PCB, como também em suas dissidências. A partir das reflexões sobre a estratégia revolucionária para os países latino-americanos e a sua articulação com a realidade brasileira e suas críticas, diversos autores formularam contribuições sobre a revolução brasileira. A proposta deste artigo é apresentar o contexto histórico e político no qual as diversas fases do debate sobre revolução se estabelece no Brasil entre as décadas de 1920 e 1970, explicitando neste movimento as diferentes fases da Internacional Comunista, suas influências para o debate no Brasil e os diferentes momentos do PCB.

Palavras-chave: Revolução Russa; Internacional Comunista; Partido Comunista Brasileiro; movimentos socialistas

¹ Professora Assistente do ITR/UFRRJ, pesquisadora do LEMA/UFRRJ-UFRRJ e membra do GT-HPEB/SEP.

² Doutorando do PPGE-IE/UFRRJ, pesquisador do LEMA/UFRRJ-UFRRJ e do Grupo de Estudos Florestan Fernandes/UNICAMP, membro do GT-HPEB/SEP.

³ Doutoranda do HCTE/UFRRJ, pesquisadora do LEMA/UFRRJ-UFRRJ e membra do GT-HPEB/SEP.

Abstract: The revolutionary process of 1917 in Russia is a milestone for the world revolutionary movement, strongly influencing the debates about revolution on workers' movements in the different geographical spaces, as well as bringing strong influences on the meetings of the Communist International (CI - Comintern) thereafter. In Brazil, the workers' movement at the beginning of the 20th century was marked by the strong presence of anarchists and communists. From the 1920s onwards, it was possible to identify the influences of the Revolution on communist workers' movements, leading to the founding of the Brazilian Communist Party (PCB) in 1922. In the context of the PCB, the Communist movement began to assimilate the characterizations and political strategies approved by the Communist International for the world revolutionary strategy, and especially for Latin American countries, thus establishing the milestones for the debate on revolution in the country. This debate was transformed throughout the 20th century and developed not only within the scope of the PCB, but also in its dissents. From the reflections about revolutionary strategy for Latin American countries and its articulation with the Brazilian reality and its critics, several authors formulated contributions on the Brazilian revolution. The purpose of this article is to present the historical and political context in which the different phases of the debate about revolution are established in Brazil between the 1920s and 1970s, explaining in this movement the different phases of the Communist International, its influences for the debate in Brazil and the different moments of the PCB.

Key words: Russian Revolution; Communist International; Brazilian Communist Party; socialist movements

A Revolução Russa e suas influências sobre o contexto no qual se desdobra o debate da revolução brasileira

Introdução

O processo revolucionário de 1917 na Rússia é um marco para o movimento revolucionário mundial, influenciando fortemente os debates sobre revolução nos movimentos dos trabalhadores nos diferentes espaços geográficos, como também trazendo fortes influências sobre as reuniões da Internacional Comunista (IC) a partir de então. A experiência russa trouxe pela primeira vez um paradigma concreto de tomada de poder pelos e pelas trabalhadoras, sob organização de direção comunista, marcando profundamente a trajetória da esquerda mundial e os debates nos marcos do comunismo e do marxismo a partir de então.

No Brasil, o movimento dos trabalhadores e das trabalhadoras no início do século XX foi marcado pela forte presença dos anarquistas e dos comunistas, sendo possível identificar as influências da Revolução sobre os movimentos dos trabalhadores comunistas a partir da década de 1920, levando à fundação do Partido Comunista do Brasil (PCB) em 1922. Antes de 1919 e dos desdobramentos da Revolução Russa no Brasil, pouco se discutia a questão da organização de trabalhadores a partir da vertente comunista e as influências do marxismo ainda eram incipientes. A Revolução Russa e a fundação do PCB são marcos significativos para esta mudança.

No contexto do PCB, o movimento comunista passa a assimilar as caracterizações e estratégias políticas aprovadas pela Internacional Comunista (IC) para a estratégia revolucionária mundial e, em especial, para os países latino-americanos, estabelecendo assim os marcos para o debate sobre revolução no país. Debate este que se transforma ao longo do século XX e se desenvolve não só no âmbito do PCB, como também em suas dissidências. A partir das reflexões sobre a estratégia revolucionária para os países latino-americanos e a sua articulação com a realidade brasileira e suas críticas, diversos autores formularam contribuições sobre a revolução brasileira – ou seja, os movimentos analíticos de tentar apreender a partir da particularidade histórica brasileira a teoria da revolução –, tais como as apresentadas por Pinheiro (2017) e por Borja *et alli* (2017). A proposta deste artigo é apresentar o contexto histórico e político no qual as diversas fases do debate sobre revolução se estabelece no Brasil, mais notadamente, entre as décadas de 1920 e 1970,

explicitando neste movimento as diferentes fases da Internacional Comunista, suas influências para o debate no Brasil e os diferentes momentos do PCB.

Para apresentar estes elementos, o artigo encontra-se dividido, para além desta introdução e das considerações finais, em duas partes: *A Revolução Russa: antecedentes, o processo e ascensão de Stálin* e *As influências da Revolução Russa no Brasil ao longo do século XX*, esta subdividida em três subseções: *A formação do Partido Comunista do Brasil; Trajetória do PCB e as influências da Internacional Comunista (IC); O golpe empresarial-militar 1964 e os desdobramentos dos movimentos socialistas após o golpe.*

A Revolução Russa: antecedentes, o processo e ascensão de Stálin

Entender o processo revolucionário da Rússia é central para derivar seus impactos no Brasil. Longe de constituir um "modelo" apriorístico do que seja uma revolução, é na história do processo russo que estão os nexos causais do movimento de formação do pensamento marxista em escala mundial e são nos fatos ocorridos na Rússia que estão as chaves para aquilo que Hobsbawm (1995) chamaria de "o breve século XX".

A revolução russa foi um processo não-aleatório que foi viabilizado por aquilo que Lenin denominaria de situação revolucionária. Foram verificadas todas as seguintes condições, três objetivas e uma subjetiva, que segundo o revolucionário russo devem coexistir para que uma revolução logre sucesso. Na conjuntura específica russa de 1917 desencadeada por uma estrutura histórica, reuniram-se as condições objetivas: i) houve uma crise das cúpulas; ii) uma piora intensa da miséria e da angústia da população; iii) as massas tomaram ações independentes de reação. A condição subjetiva era iv) a capacidade da classe revolucionária de conduzir ações revolucionárias de forma a forçar a queda do governo. Vejamos como isso se deu.

As origens da revolução russa devem ser buscadas nas estruturas políticas, sociais e econômicas que vigoravam na Rússia pré-revolucionária: uma monarquia absoluta czarista com acentuada crise social, onde os camponeses reivindicavam terras, o escasso proletariado vivia sob precárias condições de vida e a débil e emergente burguesia não era capaz de fazer frente à competição do capital industrial estrangeiro.

Às vésperas da I Guerra Mundial, a Rússia já contava com a maior população da Europa, um contingente populacional ao redor de 170 milhões de pessoas (com maioria camponesa), e com péssimas condições de vida destes camponeses. Juntos geravam

revoltas instigadas pelos partidos políticos de oposição. Vale destacar também que o país teve a especificidade de ver as relações servis de produção se instaurarem num momento em que no resto da Europa eram suplantadas por relações sociais de produção capitalistas. Três elementos se destacam na análise pré-revolucionária da Rússia: a) a questão agrária; b) a questão operária e o c) czarismo.

A estrutura política czarista pré-revolucionária era de uma monarquia absoluta em pleno século XX, amparada na nobreza rural e na burocracia. Os partidos de oposição atuavam dentro da ilegalidade e sob forte influência de correntes ideológicas distintas: a Eslavofilia; o Ocidentalismo; o Populismo e o Marxismo.

Segundo Aquino (2000), a Eslavofilia remete a "singularidade do passado nacional russo" contra a penetração das ideias do ocidente e era diretamente relacionada à Igreja oficial e ao Pan-Eslavismo, acabou por se identificar com o czarismo; já o Ocidentalismo era a favor da cultura ocidental europeia do liberalismo, do governo constitucional, da ciência em geral e contra a servidão; os populistas ou "narodnikes" baseavam-se nas "qualidades do povo russo" e pressupunham que a emancipação do povo russo viria por um socialismo agrário de origem aldeã. Por serem uma minoria, desenvolveram manifestações violentas contra as autoridades sob influência do anarquismo. Suas atitudes seriam herdadas pelo Partido Socialista Revolucionário (formado por camponeses e trabalhadores das cidades) a partir de 1901; por fim, os marxistas consolidaram-se na Rússia com a fundação do Partido Social Democrata Russo, sob liderança de Gueorgui Plekhanov, Julius Martov e Ulianov Lenin, em 1898. Este partido se dividiria entre os mencheviques (guiados por Martov, pretendiam um partido aberto nos moldes do partido social-democrata alemão) e os bolcheviques (liderados por Lenin, queriam um partido centralizado, disciplinado e combativo).

O processo revolucionário russo pode ser dividido em três momentos principais: i) a Revolução de 1905, conhecida como *ensaio geral*; ii) a Revolução de Fevereiro (março no calendário ocidental) de 1917 que derrubou a monarquia e instaurou o Governo Provisório; e iii) a Revolução de Outubro (novembro no calendário ocidental) de 1917 que levou ao poder os bolcheviques.

O *Ensaio Geral* está associado à guerra russo-japonesa⁴. O descontentamento geral do povo russo, com as já precárias condições de vida, agravaram-se com as derrotas

⁴ A guerra russo-japonesa foi travada entre 1904 e 1905 por disputas sobre os territórios da Coreia e Manchúria. Em poucas palavras, esta guerra significou a consolidação do Japão como uma potência militar e expôs a debilidade do regime czarista.

diante do Japão. O descaso do governo com operários gerou uma revolta, contra as demissões promovidas em massa pelo governo, reprimida à bala, o Domingo Sangrento. Este fato funcionou como estopim para uma série de manifestações como a do Encouraçado Potenkim e outras oriundas dos setores camponeses. As revoltas lograram algumas concessões temporárias, como a convocação de uma Constituinte em 1906 – a Duma – e o direito de voto, mas que logo seriam neutralizados. Todavia, houve efeitos duradouros: o poder do Czar foi mostrado como contestável, e não como infalível, e foi criada uma nova forma de organização política, o Soviete, uma espécie de conselho popular.

Já para a Revolução de Fevereiro, um outro fato histórico foi determinante. A participação da Rússia na I Guerra Mundial. A entrada da Rússia na contenda precipitou seu processo revolucionário ao degradar ainda mais as condições de vida do povo russo (2ª condição objetiva da situação revolucionária – piora da miséria e da angústia do povo). O esforço de guerra requerido logo mostrou-se não compatível com as capacidades do povo russo. Os soldados, mal nutridos e mal armados, sofreram sucessivas derrotas. Segundo Aquino (2000) a perda populacional foi em torno de 4 milhões de pessoas. Somente a indústria bélica era beneficiada com tal situação, tanto era assim que no seio da nobreza, do campesinato, do proletariado e da burguesia russas as pressões contra a Guerra aumentaram.

No período entre março e outubro de 1917, três correntes políticas se confrontavam:

i) o Cadete (Partido Democrático Constitucional): o partido conservador da burguesia e da nobreza liberal, apoiador da guerra e contrário às mudanças econômico-sociais.

ii) os mencheviques e socialistas revolucionários: tinham em comum o fato de serem contra a guerra, porém não admitiam a derrota russa. Em outros assuntos tinham divergência e, por isso, perderam força política.

iii) os bolcheviques: eram favoráveis ao confisco das grandes propriedades, do controle operário das indústrias e, mais importante, apesar de algumas divergências internas, eram favoráveis da paz imediata com a Alemanha. Reivindicavam o programa máximo (*maximalismo*).

Em 1917, os bolcheviques foram postos na ilegalidade por pressão dos Cadetes e nesta situação convocaram um congresso para ponderar sobre a tomada do poder. Com a Guerra, as tropas russas perdiam contingentes cada vez maiores. Houve sucessivas

deposições de ministros e o czarismo foi perdendo base de apoio (1ª condição objetiva da situação revolucionária – a crise das cúpulas). Uma série de manifestações por "paz, pão e terra" e greves foram postas em marcha em Petrogrado em fevereiro. No dia 8 de Março de 1917 (dia 23 de fevereiro no antigo calendário russo) uma manifestação liderada por mulheres e de operários foi às ruas fazendo uma greve geral. A polícia entrou em conflito com a população, mas parte das tropas do exército se uniu ao povo e prédios públicos foram ocupados, ministros e generais foram detidos. A revolução se espalhou por toda Rússia (3ª condição objetiva – ação independente das massas).

Foi instaurado um Governo Provisório, forjado pela burguesia e com apoio do Czar e integrado por liberais. Houve uma tentativa de cooptação – de conciliação – destes setores conservadores com os bolcheviques através da oferta de ministérios. Com Lenin fora da Rússia, os bolcheviques aceitaram a proposta. Mas assim que Lenin retornou pela estação Finlândia a mensagem de "nenhum apoio ao governo provisório, todo poder ao Sovietes" se fez sentir. O poder, de fato, estava nas mãos dos Sovietes controlados por mencheviques e por socialistas revolucionários. Logo, ficou evidenciada a debilidade deste Governo Provisório. Uma especificidade da revolução russa foi a instauração de um "duplo poder", nos Sovietes, que constituía um poder paralelo ao Governo oficial.

Durante o curto Governo Provisório se completou a condição subjetiva da situação revolucionária (capacidade da classe revolucionária de conduzir ações revolucionárias de forma a forçar a queda do governo): os bolcheviques formaram um Comitê Militar em Petrogrado para tomar o poder e mostraram sua capacidade de manter ações revolucionárias e derrubar o governo. Estes tomaram o poder em novembro de 1917, depondo o ministro Alexander Kerensky. Sob controvérsia entre Ulianov Lenin e Leon Trotsky foi tomada a decisão de saída da Rússia da I Guerra (o primeiro era a favor independentemente do custo que a saída pudesse gerar custos, o segundo pretendia usar a guerra como instrumento revolucionário, logo, era contrário à saída) a fim de aliviar a angústia do povo russo e para que o novo governo obtivesse apoio político que o sustentasse.

Não obstante à tentativa de aproximação com a massa do povo, a paz assinada com a Alemanha (Paz de Brest-Litovsky), teve um alto custo econômico-social. As indenizações foram altas, territórios foram perdidos (Lituânia, Letônia, Ucrânia, Finlândia, Polônia e Estônia) e o povo seguiu na penúria. Organizou-se o governo com a implementação de uma série de medidas: a criação de um exército (o Exército Vermelho); de uma polícia política (a Tcheca); a separação entre o Estado e a Igreja; a eliminação dos

empréstimos contraídos pelo governo czarista; a nacionalização de bancos e estradas de ferro; do comércio exterior, entre outros.

As medidas do novo governo suscitaram críticas, que só seriam acalmadas com a opção do *Comunismo de Guerra*, um verdadeiro esforço de reorganização e reestruturação do consumo e da produção fortemente centralizada no Estado, contando com a gestão operária e com a expropriação da grande indústria. Tal esforço impunha novas restrições ao abalado povo russo, o que fez com que o governo dos bolcheviques enfrentasse sua primeira grande crise. Em 1921, após caloroso debate sobre a crise econômico-social, estabeleceu-se um debate sobre as formas de controle operário da produção. A tese de "controle operário da produção via sindicato" de apresentada por Lenin ganhou da tese de "controle operário da produção" de Alexandra Kollontai e da tese de "militarização do ato econômico" de Trotsky. Neste contexto, foi instaurada a Nova Política Econômica (NEP) no próprio ano de 1921.

A NEP, apoiada por Nikolai Bukharin e Joseph Stálin, constituiu uma flexibilização tática de Lenin que combinava o taylorismo⁵ com o socialismo de Estado. Ela permitiu a liberdade do comércio interno, o funcionamento de pequenas empresas, grandes propriedades rurais dos *kulaks*⁶ e fez concessões aos capitais inglês, americano, francês e alemão, ao passo que o Estado detinha o direito de propriedade sobre a terra e todos os meios de produção. Paralelamente à NEP, houve transformações políticas na Rússia: também em 1921 foi criada a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) que contava além da Rússia com a Ucrânia, a Bielorrússia, a Transcaucásia e as Repúblicas da Ásia Central. A NEP viria a vigorar entre 1921 e 1928, porém seu líder Lenin morreria em 1924, dando espaço à ascensão de Stálin em 1927, após este vencer a disputa com Trotsky sobre a direção do comitê central.

A partir de então vigorou o que ficou historicamente conhecido como *stalinismo*. Segundo Netto (1985), o período histórico, social e cultural do stalinismo ultrapassa meramente a questão do personalismo do culto ao ditador e é marcado pelo fenômeno de método político de posição única, uma incorporação tida por muitos como precária da dialética marxista (KONDER, [1988] 2009), de subserviência com os superiores e autoritarismo com os de baixo. Entretanto, o escopo desta seção é contextualizar o

⁵ O taylorismo foi um modo de organização da produção inserido por Frederick Taylor e que visava a melhora da produção via a produção *por encomenda* (*just in time*). Este modo de organização produtivo viria a incrementar o modo de organização fordista.

⁶ Burguesia rural dona de terras mais vastas.

processo revolucionário russo para que possamos ver sua conexão com o processo histórico do comunismo no Brasil. De fato, em 1928, sob influência do stalinismo, houve o VI Congresso da III Internacional⁷, o qual seria decisivo para o comunismo brasileiro.

As influências da Revolução Russa no Brasil ao longo do século XX

A formação do Partido Comunista do Brasil

A história da esquerda no Brasil extrapola a história do comunismo no Brasil, por vários motivos. No final do século XIX o Brasil passara pela abolição da escravidão em 1888, pela proclamação da república em 1889 e, concomitantemente, intensificava-se a imigração de força de trabalho europeia para a labuta na produção cafeeira, o carro chefe da economia brasileira de então. Como é sabido, a origem da industrialização brasileira foi atrelada ao ciclo cafeeiro. A produção primário-exportadora requeria um mercado interno no Brasil para que a produção do café fosse garantida, este mercado interno gerava encadeamentos na estrutura produtiva brasileira, como a construção de estradas de ferro e a própria urbanização, incentivando germes da industrialização da república velha brasileira⁸. O fato é que esta industrialização nascente instalou aquilo que Ianni (1989) chamaria de a questão social moderna no país e a influência dos colonos europeus, já vivenciados com a grande indústria e as mazelas que ela acarreta, foi decisiva. O anarquismo foi a ideologia que marcou, qualitativa e quantitativamente, a formação do proletariado brasileiro. Estes europeus eram majoritariamente colonos espanhóis e italianos, nacionalidades já experimentadas com o anarquismo (SODRÉ, 1967).

Embora o marxismo já estivesse difundido na Europa, na América Latina sua difusão era parca. Houve debate sobre se o socialismo no Brasil havia começado antes do século XX ou não, autores como Konder (1988; 2003) apontam que no Brasil do século

⁷ Segundo Konder (2003), a Internacional Comunista foi uma forma de organização dos comunistas de âmbito internacional a partir da segunda metade do século XIX. No contexto das reflexões dos avanços e retrocessos das revoluções socialistas na Europa, um grupo de socialistas, liderados por Karl Marx e Friedrich Engels, pretendia superar os marcos do socialismo utópico e fundaram, em 1864, a Associação Internacional dos Trabalhadores (AIT) que depois viria a ficar conhecida como a I Internacional (1864-1872). Ela também contou com Mikhail Bakunin, Pierre-Joseph Proudhon, Ferdinand Lassalle e August Blanqui. A II Internacional seria fundada por Engels após alguns anos da morte de Marx em 1889, de acordo com Konder (2003) estaria vigente até o início do século XXI. Da II IC houve divergências nos anos 1920. De um lado, permaneceram os social-democratas e, de outro, saíram os comunistas que se reuniram na III Internacional fundada em 1919 e que duraria até 1943. Em 1938, Trotsky, já expulso da III Internacional e da URSS, fundaria a IV Internacional, alvo de várias disputas e dissidências que persistem no início do século XXI.

⁸ Para mais detalhes sobre as teses da industrialização brasileira, ver Suzingan (1986).

XIX havia relatos de experiências socialistas como a da *Comuna de Paris* ou da leitura de Marx por Tobias Barreto, mas o fato é que tais relatos e interpretações do socialismo de Marx eram muito superficiais e até mesmo imprecisos, não constituindo um embrião do socialismo científico no Brasil. Vale destacar, por exemplo, que *O Capital* de Marx, cujo primeiro volume fora publicado em 1867, só teria uma versão traduzida para o português do Brasil, em 1968, mais de cem anos após sua publicação original.

De fato, entre 1871 e 1922, as referências a Marx eram esparsas, em autores que não seriam caracterizados como marxistas, como Tobias Barreto, Rui Barbosa, Clóvis Bevilacqua, Silvio Romero e Machado de Assis, por exemplo. E mesmo nos autores que tinham alguma aproximação com o materialismo histórico, como Euclides da Cunha e Evaristo de Moraes, as reflexões sobre o marxismo não eram muito significativas (cf. KONDER, [1988] 2009; RICUPERO, 2011). Antes de 1922 há no país alguns intelectuais identificados com o socialismo, como Silvério Fontes e Antonio Piccarollo (italiano), cujas análises, no entanto, obtiveram pouco alcance.

A questão proletária no Brasil só seria tratada propriamente com o surto industrial iniciado na República Velha e intensificado nas primeiras décadas do século XX. O crescimento das cidades acompanhado do aparecimento de grupos de trabalho, que mais tarde virariam organizações sindicais, foi determinante para esta questão. Além disso, data do começo século XX a importância que a imprensa teria na difusão das ideias sob a perspectiva dos trabalhadores.

Em síntese, antes da fundação do PCB é difícil fazer referência enfática à presença de marxistas no país – “o relativo desconhecimento de Marx e Engels entre nós permite-nos afirmar que no Brasil não existem discípulos seus até a década de 1920, mas unicamente alguns leitores” (CARONE *apud* RICUPERO, 2011, p. 74).

A influência do socialismo nesta época se dava principalmente mediante ramos distintos do socialismo. De um lado, estavam os social-democratas influenciados pela II Internacional (influenciados pelas ideias de Friedrich Engels, Ferdinand Lassalle, Karl Kautski, August Bebel, Karl Liebknecht, por exemplo). De outro, estavam os socialistas libertários influenciados pelos anarquistas Mikhail Bakunin, Piotr Kropotkin e Errico Malatesta.

No Brasil, dentre os anarquistas havia a subdivisão entre anarquistas "puros", aqueles ocupados com a ação direta; e os anarcossindicalistas, aqueles que se preocupavam em entrar fundo no movimento dos grupos de trabalhadores organizados

em bases sindicais, porém de forma não organizada e difusa. Durante as duas primeiras décadas do século XX, especialmente após o *Congresso Operário* de 1906 que fundou a *Central Operária Brasileira*, os anarcossindicalistas obtiveram hegemonia no cenário político de esquerda dos setores mais combativos do operariado brasileiro. Dentre seus líderes, destacavam-se Edgard Leuenroth e Everardo Dias. As primeiras manifestações públicas do 1º de Maio no Brasil datam de 1907, no Rio de Janeiro, promovida por anarcossindicalistas da *Confederação Operária Brasileira*.

No que concerne à influência da Revolução Russa, pode-se dizer que desde antes de 1905, ano do *Ensaio Geral*, já houve impactos no Brasil. Como relatam Bandeira *et alli* (1967), os fatos ocorridos na Rússia chegavam muito mal esclarecidos, muito embora em jornais como o *Avanti* e *La Bataglia*, em 1904, tenha sido publicado um manifesto de apoio ao movimento revolucionário russo, chamado "Pró-Mártires da Rússia". A reação conservadora à revolução também data de antes de 1917. Em 1907 e 1913 haviam sido aprovadas leis de deportação para estrangeiros agitadores que estivessem em solo brasileiro. Os anos de 1917, 1918 e de 1919 seriam emblemáticos no Brasil, pois seriam marcados por uma série⁹ de manifestações e greves reativas ao que se sucedera na Rússia, tanto a favor como contra.

Bandeira *et alli* (1967) tem um material historiográfico rico sobre o assunto. Segundo os autores, no Rio de Janeiro, a capital do país à época, as comemorações do 1º de Maio de 1918 foram diferentes. O proletariado festejou os feitos dos seus semelhantes russos convertendo a data numa festa de solidariedade e confraternização com a república operária russa. Na praça Tiradentes realizou-se um discurso em apoio à *Revolução de Outubro*. Em geral, a luta sindical daquele ano foi pautada pela busca da jornada de trabalho de 8 horas.

A reação do governo de Venceslau Brás e do chefe de polícia do Rio, Aureliano Leal, foi extremamente opressora e repressora e dirigiu-se contra o chamado "maximalismo russo" e instaurou o estado de sítio. Todas as *Federações Operárias*, unidades de organização dos trabalhadores da época, foram fechadas, porém o operariado

⁹ Não entraremos detalhadamente em cada uma delas, mas um bom relato jornalístico sobre estes fatos pode ser encontrado em Bandeira *et alli* (1967). Podemos apontar que é interessante destacar que a primeira greve geral do país começou em junho de 1917 a partir de reivindicações de um grupo de cerca de 400 operários, em sua maioria mulheres, de uma fábrica têxtil de São Paulo (Cotonifício Crespi, no bairro da Mooca). As pautas daquele movimento – como redução da jornada de trabalho, aumento salarial, entre outras questões específicas como a questão do assédio sexual na fábrica – se generalizaram, com a adesão de trabalhadores e trabalhadoras de outras categorias, alastrando-se pela capital paulista, as cidades do interior do estado de SP, chegando a MG, RJ, RS, até meados de julho do mesmo ano.

logo reagiu com a formação da *União Geral dos Trabalhadores* que congregava os sindicatos de menor representação. Em outras partes do país também foram realizadas ações influenciadas pelo movimento revolucionário russo. No Recife, criou-se a Federação das Classes Trabalhadoras. Em São Paulo greves explodiram também.

Bandeira *et alli* (1967) apontam como as greves entre 1917 e 1919 mostravam que o movimento operário, embora já estivesse amadurecido, não tinha uma direção clara e consistente de sua ação política. O fato é que, apesar de terem chegado informações sobre a Revolução na Rússia, o seu caráter socialista e marxista, não foi difundido aqui. Os anarcossindicalistas pressupunham que o que se passara na Rússia tinha sido uma revolução de caráter anarquista, e sob esta influência novas formas de organização política foram buscadas. Em 1917, foi criado o Partido Socialista do Brasil, de tendência social-democrata liderado por Nestor Peixoto de Oliveira, entretanto o partido teria vida precária até 1919, não conseguindo filiar-se ao *Bureau* Socialista Internacional, órgão executivo e informativo da III Internacional.

O processo revolucionário russo teve reflexos diretos no Brasil. Logo após a deposição do ministro do Governo Provisório, Alexander Kerensky, em 1917, os choques entre blocheviques, no Brasil chamados de *maximalistas*, com os anarquistas se intensificariam. Estes últimos eram contrários a qualquer forma de Estado, mesmo que fosse a "ditadura do proletariado", pois consideravam o Estado em todas as suas formas era uma manifestação de opressão. Além disso, eram rebeldes em relação às estruturas hierárquicas e de autoridade. Na perspectiva bolchevique, causavam problemas para o governo na organização da defesa contra as tropas que atacavam a Rússia durante a I Guerra e, ademais, incentivavam o povo a ser contra o poder soviético.

Com a notícia de fundação da Internacional Comunista (*komintern*) em 1919, a *Aliança Anarquista do Rio de Janeiro*, organização que liderava a maioria dos sindicatos da época, sofreria dissidências. Os *maximalistas* do grupo que se identificavam com o regime soviético decidiram se reunir em torno de um "Partido Comunista do Brasil", já que a III Internacional aprovara a criação de partidos comunistas pelo mundo.

Em 1919, surge uma "organização de momento", palavras de Edgard Leuenroth, sem pretensões políticas a não ser atividades eleitorais. Astrojildo Pereira, jornalista, traz um bom relato em *Bandeira et alli* (1917:160) sobre o Partido Comunista de 1919:

Tratava-se, na realidade, de uma organização tipicamente anarquista, e a sua denominação de "Partido Comunista" era um puro

reflexo, nos meios operários brasileiros, da poderosa influência exercida pela Revolução proletária triunfante na Rússia, que se sabia dirigida pelos comunistas daquele país. O que não se sabia ao certo é que os comunistas que se achavam à frente da revolução russa eram marxistas e não anarquistas. Só mais tarde estas diferenças se esclareceram, produzindo-se então a ruptura entre os anarquistas ditos "puros" e "intransigentes", que passaram a fazer críticas e restrições aos comunistas russos, chegando por fim à luta aberta contra o Estado Soviético e os anarquistas que permaneciam fiéis à classe operária, os quais chegariam, finalmente a compreender que no marxismo é que se encontra a definição teórica justa de ideologia do proletariado.

O partido contava com anarquistas, socialistas e todos que aceitassem o comunismo social, porém este partido não teve vida longa dadas as divergências entre anarquistas e apoiadores da revolução soviética.

Liderado por Trotsky, o Exército Vermelho foi o instrumento do bolchevismo para massacrar o grupo ácrata chefiado por Nestor Makhno na rebelião da Ucrânia. A cisão entre bolcheviques e anarquistas, aliados no processo revolucionário de novembro só foi noticiada em 1918 internacionalmente e teria no Brasil reflexos importantes.

Astrojildo Pereira foi um dos precursores da cisão no Brasil e se envolveu com polêmicas com anarquistas que não buscaram novos rumos de organização após entendido o caráter marxista da revolução da Rússia. Este foi o caso de José Oiticica, um dos líderes do anarquismo no Brasil.

Em 1921, foi formado o *Grupo Comunista* que tinha como objetivo a fundação posterior do *Partido Comunista do Brasil* e a reunião dos dispersos núcleos comunistas espalhados pelo Brasil; neste mesmo ano formaria-se no Brasil o *Grupo Clarté*, movimento de intelectuais inspirado por uma manifestação iniciada na França e logo seguida no Uruguai e na Argentina, com o objetivo de defender a revolução russa, retificando as difamações que a imprensa burguesa promovia; ainda no mesmo ano foi criado o *Partido Socialista* que logo foi silenciado pela repressão originada pelo levante do Forte de Copacabana.

Uma dissidência do movimento anarquista com representantes de São Paulo, Porto Alegre, Recife, Cruzeiro e Niterói seria responsável pela fundação, entre os dias 25 e 27 de março de 1922, do Partido Comunista do Brasil. Houve certa urgência na criação e organização do partido, em vista do IV Congresso da Internacional de Moscou naquele mesmo ano. Seu objetivo como publicado no "Movimento Comunista" era atuar como organização política do proletariado e também lutar e agir pela compreensão mútua internacional dos trabalhadores. Os outros fundadores eram Abílio de Nequete, barbeiro;

Cristiando Cordeiro, advogado e funcionário público; Hermogênio Silva, eletricitista e ferroviário; João da Costa Pimenta, operário gráfico; Joaquim Barbosa, alfaiate; José Elias da Silva; funcionário de uma escola pública num subúrbio carioca; Luís Peres, artesão; e Manuel Cendón, alfaiate, ex-militante do partido socialista na Argentina.

Com a saída de Abílio de Nequete do secretariado do partido, fundador da União Maximalista de Porto Alegre e que saiu do partido após haver sido preso, Astrojildo Pereira assume o posto.

Trajetória do PCB e as influências da Internacional Comunista (IC)

Após a fundação do partido, o grupo dirigente aproveita que Antonio Bernardo Canellas (ex-anarquista) está na Europa e o enviam à Moscou para o IV Congresso da Internacional Comunista (realizado de novembro a dezembro de 1922), visando conseguir a filiação do PC do Brasil à IC. A participação de Canellas no congresso foi polêmica, marcada por discussões com os representantes argentino e uruguaio e mais destacadamente, com Trotsky. Canellas em seus relatos do congresso destacou a negligência e descaso da seção latina da IC ao partido no Brasil, como também que as discussões sobre a América Latina eram colocadas em plano secundário pela IC. Denunciou também o caráter burocrático e centralizador da organização, advertindo sobre a questão da dogmatização presente nas decisões e orientações da organização para os PCs (cf. KONDER, 2003; [1988] 2009 e ZAIDAN FILHO, 1985). A decisão do Comitê Executivo da Internacional Comunista sobre o pedido de filiação do Brasil em 1922 foi negativa, justificando haver influência de ideologia burguesa na organização, por conta de alguns membros serem associados à maçonaria e outros ao anarquismo. As sugestões do Comitê foram:

“1)Provisoriamente, o PCB deve ser aceito no IC como Partido simpatizante. 2) A Agência de Propaganda para a América do Sul (“Bureau de Propaganda pour l’Amérique du Sud”) é convidada a trabalhar pela organização do Partido Comunista Brasileiro, de acordo com os camaradas brasileiros.” (p. 57) – ideologia burguesa: por conta da influência da maçonaria e influenciado por preconceitos do anarquismo (ZAIDAN FILHO, 1985, p. 58-59)

O fato de o Comitê Executivo da Internacional Comunista ter negado a filiação do Partido Comunista do Brasil às suas fileiras foi o que o grupo dirigente mais absorveu, e não as questões denunciadas por Canellas em seu relato. Segundo Konder, Astrojildo

Pereira e os demais dirigentes consideravam fundamental o reconhecimento da IC do PC do Brasil ([1988] 2009), discordando de Canellas, entendiam que a direção da IC no início dos anos 1920 não possuía capacidade técnica ou condições materiais para estabelecer um controle efetivo dos partidos que se formavam, ainda mais os mais distantes como os latino-americanos. Consideravam fundamental a inserção do PC do Brasil ao movimento comunista mundial, que lhe daria legitimidade e importância.

O reconhecimento do partido só foi dado em 1924, com a ida de Astrojildo Pereira e Rodolfo Coutinho à União Soviética, onde conseguiram obter para o PC do Brasil uma filiação provisória, tornando-se a “seção brasileira da Internacional Comunista”. (KONDER, 2003, p. 49)

Ao longo dos anos 1920, o PCB, nas palavras do próprio Astrojildo Pereira, consistia de pequenos grupos de agitação e propaganda (KONDER, [1988] 2009, p. 199), mergulhados nas questões urgentes da organização, agitação e propaganda nos meios operários, não se dedicavam às questões filosóficas (KONDER, [1988] 2009, p. 200 e 201). Este tamanho reduzido do partido, aliado à negligência da IC às questões da América Latina e às seções da IC nesta região geraram um contexto que se seguirmos Zaidan Filho (1985) e Pinheiro (2017) teria sido uma “negligência salutar”. Ainda que a visão dominante sobre o período coloque os posicionamentos do PC do Brasil como subordinados à IC desde sua fundação, é possível marcar esta influência mais notada a partir de 1928, com o IV Congresso da IC, como veremos. Ao longo dos anos 1920, houve algum espaço para a formulação de posições no partido feitas com base em tentativas de compreender a realidade brasileira, tal como a concepção de Octávio Brandão sobre o processo histórico brasileiro e a relação dual entre os setores agrário e industrial na sociedade brasileira, análise que abriu margem para sua formulação sobre a possibilidade de alianças entre o proletariado e a burguesia e pequena-burguesia brasileiras, visando a transformação modernizante da sociedade brasileira, via uma “revolução democrática pequeno-burguesa” (cf. PINHEIRO, 2017). Esta concepção de Brandão e de alguns dirigentes do PC do Brasil seria fortemente atacada pela direção da IC e pelo Bureau da IC para a América Latina após 1929, levando inclusive ao afastamento de membros do grupo dirigente do PCB, como o próprio Brandão e Astrojildo Pereira.

O V Congresso da IC em 1924 – realizado entre junho e julho de 1924, após o falecimento de Lenin – marca também, além do reconhecimento do PC do Brasil, a

Secretariado Sul-Americano da IC (SSA/IC), com sede em Buenos Aires, em substituição à Agência de Propaganda para a América Latina e desdobrado do Secretariado Latino, que havia sido criada em 1921. A SSA/IC se estruturou em Buenos Aires “com o objetivo de monitorar os partidos existentes e, se possível, auxiliar na formação de outros” (DEL ROIO, 2007, p. 80). Este destaque para a América Latina fora dado no sentido de focar mais nas questões da realidade mexicana, por conta dos movimentos políticos dos comunistas lá, bem como sua proximidade com os EUA – que ganhava mais centralidade no sistema imperialista – e não tanto das questões da América do Sul.

Alguns autores (como Del Roio, 2007; Zaidan Filho, 1985) destacam que as mudanças organizativas da IC – tais como a decisão de realização de congressos nacionais depois do congresso mundial e não antes, e o investimento em melhor formação política dos militantes internacionalistas (DEL ROIO, p. 80-81) – realizadas a partir do V Congresso seriam no sentido de centralização, reforçando o peso do PC soviético na estrutura de direção da IC, reduzindo a autonomia das seções nacionais, movimento que iria se tornar ainda mais acentuado nas décadas seguintes com o stalinismo.

Um marco significativo para a relação do PCB com a IC e desta com a América Latina foi o VI Congresso da IC, reunido de julho a agosto de 1928. No congresso foi debatido: o desenvolvimento capitalista da época, as contradições imperialistas (aumentando o destaque para os EUA), o problema do fascismo e, mais destacadamente para a análise deste artigo, a perspectiva de revolução nos países sob domínio imperialista, os países *coloniais, semicoloniais e dependentes*. O debate em torno destes países foi realizado tendo a China como maior foco, mas também analisou-se a situação da Índia, da Indonésia, da África do Norte e da América Latina. No caso da América Latina, enfatizou-se mais a situação mexicana, incorporando na formulação das teses elementos da situação mexicana especificamente, visando abarcar toda diversidade histórica, social e cultural desta extensa região sob este prisma específico. Além disso, as questões dos países coloniais, semicoloniais e periféricos tinham, em geral, a situação chinesa como parâmetro. O foco na região latino-americana deveria ser o “governo operário camponês”, nos marcos da resistência anti-imperialista e contra o latifúndio. Do VI Congresso saíram decisões gerais que iriam orientar todos PCs. Estes deveriam procurar adaptar as diretrizes às condições concretas de suas realidades. O enfoque principal era a disputa *classe contra classe*, a partir da experiência soviética do *socialismo em um só país* (cf. ANTUNES, 1995), visando romper com os resquícios coloniais, desenvolver a questão nacional (em

oposição ao imperialismo – o inimigo maior) e realizar transformações democrático-burguesas nos países.

A partir do VI Congresso IC e as seções nacionais passam por forte processo de reciclagem na direção política, saiam os dirigentes que não se adequassem às diretrizes stalinistas da direção da IC e passaram a ganhar espaço militantes formados diretamente na Escola Lênin de Quadros (DEL ROIO, 2007, p. 87). No caso brasileiro, foram afastados dirigentes como Astrojildo Pereira e Octávio Brandão, que tinham seus posicionamentos associados a uma submissão à pequeno-burguesia (ANTUNES, 1995, p. 31). Neste movimento, as tentativas de aproximação com o tenentismo foram deixadas totalmente de lado. Os posicionamentos derivados do VI Congresso e suas teses para os países coloniais, semicoloniais e dependentes orientaram a ação do PCB ao longo das décadas seguintes.

Outra consequência significativa do VI Congresso da IC foi a ruptura definitiva de Trotsky. Trotsky rompe definitivamente com o PCUS, sendo expulso da URSS em 31 de janeiro de 1929, e com a III IC – posteriormente, vindo a fundar a IV Internacional em 1938. Em torno de Trotsky organizaram-se numerosos comunistas rebeldes que consideraram o stalinismo um “desvio de direita” (em relação ao leninismo), criando a Oposição de Esquerda Internacional (OEI) no Movimento Comunista, organização que foi brutalmente reprimida pelos stalinistas. (KONDER, 2003, p. 57).

No Brasil, cujo PC também estava sob direção dos stalinistas, ao longo dos anos 1930 também há rupturas de cunho trotskistas. Alguns nomes como, Mário Rodolfo Coutinho, Lívio Xavier, Rachel de Queiroz, Barreto Leite Filho, Hilcar Leite, Edmundo Moniz, Fúlvio Abramo, Raul Kracik, Lidia Besouchet e Aristides Lobo, formaram a partir da OEI, o Grupo Comunista Lenin (GCL) em 1930 – posteriormente, Liga Comunista Brasileira (LCB), em 1931 e Liga Comunista Internacionalista (LCI), em 1933 (KAREPOVS *et alli*, 2007, p. 237).

As divergências deste grupo englobavam críticas sobre a possibilidade de alianças de cunho nacionalistas com a burguesia e a pequeno-burguesia – que nas formulações apresentadas por Lívio Xavier e Mário Pedrosa, em oposição às formulações apresentadas por Octávio Brandão, dariam origem à primeira versão da controvérsia sobre a revolução

brasileira¹⁰ –; críticas ao obrerismo¹¹ – presente a partir da influência de August Guralski, o responsável pelo secretariado sul-americano da Internacional Comunista, sobre as orientações de ação do PC do Brasil –, entre outras.

Uma segunda geração de trotskistas surge na segunda metade dos anos 1930. Em 1937, é fundado o Partido Operário-Leninista (POL) que contava com remanescentes da LCI agrupados no Grupo Bolchevista-Leninista e a Classe Operária (uma cisão do PCB). Diante de um novo racha ocasionado pelo lançamento da candidatura de Prestes, se funde com a Dissidência Pró-Reagrupamento da Vanguarda, sob liderança de Hermínio Sacchetta e Rocha Barros. Surge daí, em Agosto de 1939, o Partido Socialista Revolucionário, partido o qual Florestan Fernandes militaria convidado pelo próprio Hermínio Sacchetta em 1942, a quem Florestan conhecera nas redações de *O Estado de São Paulo* e *Folha da Manhã*.

O domínio do stalinismo no comunismo segue até os anos 1950, com o falecimento de Stálin em 1953. No contexto mundial, a grande ruptura se dá com a divulgação em 1956 do relatório Krushev após o XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética (PCUS). Neste relatório, Nikita Krushev divulgou os crimes de Stálin, gerando intensos debates nos marcos da IC e dos partidos comunistas ao redor do mundo. O conteúdo do *Relatório* tornou públicas muitas informações altamente relevantes sobre a atuação de Stálin na condução do PCUS, bem como sobre as discussões e ações da IC, altamente influenciada pelo PCUS e pelo *stalinismo*. A denúncia do *Relatório* suscitou a denúncia aos crimes de Stálin por outras fontes, bem como ações de diferentes seções da IC.

No Brasil, as primeiras notícias sobre o relatório chegaram em fevereiro de 1956, através da publicação de *O Estado de São Paulo* e do *New York Times*, gerando dúvidas sobre a veracidade de seu conteúdo. Primeiramente, os debates sobre o *Relatório* ocorreram em discussões internas do comitê central do PC do Brasil, mas nenhum pronunciamento oficial. Dois meses após a realização do XX Congresso do PCUS o

¹⁰ Ver artigo PINHEIRO (2017).

¹¹ Por obrerismo, entende-se o enfoque no fortalecimento da base operária em detrimento de setores e militantes com perfil mais intelectual. Segundo Konder ([1988] 2009): “A onda “obrerista” certamente ajudou a preparar terreno, na cabeça dos militantes do PCB, para a ampla aceitação de uma teoria desprovida de sofisticação, tosca e pragmática, como era aquela que passaria a lhes chegar, sistematicamente, da União Soviética, na forma de vulgata “marxista-leninista”. Mas o “obrerismo”, em si, não conseguiria se cristalizar ele mesmo como *doutrina*.” (p. 216)

semanário *Voz Operária* apresenta reflexões sobre este clima de perplexidade e silêncio da cúpula do partido brasileiro (SANTOS, 2007, p. 206), entre março e julho de 1956, o mesmo semanário publica textos que revelam a veracidade do conteúdo do *Relatório*, como a resolução do Comitê Central do Partido Comunista Italiano (PCI) – que via nas discussões do XX Congresso do PCUS um “estímulo para sair da passividade, do burocratismo e do formalismo dos muitos anos de stalinismo” (SANTOS, 2007, p. 206) –; a notícia da dissolução do Kominform (Bureau de Informação dos Partidos Comunistas e Operários) assinada pelos PCs que compunham o bureau e um artigo do secretário-geral do PC dos EUA. Após a divulgação, muitos PCs pelo mundo substituíram quadros dirigentes mais associados ao stalinismo, neste movimento, muitas outras denúncias aos PCs locais de práticas similares às de Stálin foram feitas também, como no caso do PC Húngaro. Em outubro de 1956, a *Voz Operária* e outros jornais diários do PCB passam a exigir a discussão no Brasil sobre o XX Congresso e suas denúncias (SANTOS, 2007, p. 207). Primeiramente, a direção partidária do PCB interrompe a publicação dos artigos e cartas nos jornais e depois passa a tentar dirigir o debate. Mas a discussão em torno das questões suscitadas pelo XX Congresso adquirem proporções significativas e não puderam ser silenciadas. Ao longo de 1957 há intensos debates interno ao comitê central como também em outras instâncias partidárias que culminam na mudança na cúpula partidária do PCB e na *Declaração de Março de 1958*.

Nesta ocasião, o PCB já passava por um momento de mudanças significativas. Desde 1954, por ocasião do suicídio de Vargas, há no partido discussões em torno da linha política de ação do partido; da conjuntura política brasileira e suas diferentes forças políticas; das possibilidades de participação em coalizões democráticas e do papel das liberdades democráticas para a conquista das reivindicações dos movimentos populares. Estes debates, após a divulgação do *Relatório Krushev* se intensificam e passam a incluir também debates sobre dogmatismo, populismo e das formas de atuação e organização do partido (cf. VINHAS, 1982; SANTOS, 2007).

A famosa *Declaração de março de 1958*¹² do PCB indicava a democratização como a tendência para o país e o objetivo da ação. Partindo de uma caracterização da estrutura econômica brasileira como atrasada, mesmo com o maior ritmo de desenvolvimento industrial a partir anos 1930 com aumento do efetivo do proletário

¹² Para ler a *Declaração de março de 1958* completa, ver *PCB: vinte anos de política 1958-1979 (documentos)* (p. 3-27; 1980).

industrial, ou seja, desenvolvimento das forças produtivas e de novas relações de produção capitalistas, afinal, caracterizam a agricultura como ainda organizada a partir de relações de trabalho pré-capitalistas e do monopólio da terra, com a produção agropecuária como setor dinâmico, exportação de produtos primários como eixo dinâmico e dependência da economia nacional em relação ao centro capitalista, com forte penetração do capital monopolista nos postos-chaves da economia. Ou seja, enfatiza-se a caracterização do desenvolvimento capitalista aqui realizado como desigual, pela combinação de métodos capitalistas com o monopólio da terra e relações semifeudais de produção. Além disto, é importante destacar que este processo de desenvolvimento desigual se dá dentro dos marcos da dependência e influência do imperialismo.

A orientação de posicionamento para a militância comunista passa a ser integrar uma frente nacionalista e democrática – composta por forças heterogêneas: proletariado, camponeses, pequena burguesia urbana, burguesia nacional, latifundiários que possuem contradições com imperialismo, grupos da burguesia ligados a monopólios imperialistas rivais dos monopólios norte-americanos – com um programa de emancipação da nação, de desenvolvimento econômico moderno e de implantação da revolução democrático-burguesa. O sentido da prática política era antifeudal e anti-imperialista. Forjam-se, assim, as bases do que ficou conhecido como o programa nacional democrático.

Por conta das contradições que a realidade brasileira impunha para a orientação das estratégias políticas dos comunistas, foi imposta a necessidade destes refletirem mais especificamente sobre as questões da realidade brasileira, buscando na análise histórica da experiência brasileira de fato os elementos que poderiam contribuir para a orientação da ação política para a possibilidade de construção da revolução no Brasil, com a análise dos seus fenômenos próprios e não somente na transposição mecânica de conceitos vindos de análises gerais da IC. Neste contexto, há a formulação de Nelson Werneck Sodré sobre o modo de produção no Brasil como um feudalismo à brasileira e a caracterização da revolução a ser feita como sendo de caráter democrático-burguesa, através de uma possível aliança política dos trabalhadores com a burguesia nacional contra os latifundiários feudais e o imperialismo, para poder cumprir a etapa nacional democrática no movimento de luta rumo ao socialismo¹³.

¹³ Ver artigo BORJA *et alli* (2017).

Como desdobramento dos debates deste período de crise no PCB – 1954-1957 – e buscando renovação e livrar-se das marcas do stalinismo, o PC do Brasil realizou um congresso em 1960, no qual debateu a questão do imperialismo norte-americano e seus agentes internos no Brasil e a questão do monopólio da terra (o latifúndio), além de buscar a legalidade para sair do isolamento. Debateu também a mudança de nome: passa a se chamar Partido Comunista Brasileiro (PCB). A mudança de nome não foi aceita unanimamente, dando origem a mais um movimento de reorganização de setores do partido. A sigla PC do B seria relançada pelo grupo liderado por João Amazonas em 1962, passando a coexistir com a sigla PCB (KONDER, 2003, p. 70). Dessa forma, o Brasil passou a ter dois partidos comunistas: O PCB, dirigido por Prestes e, o PC do B que seria dirigido por João Amazonas. Para Konder (2003) essa cisão abriu espaço para leituras e interpretações do pensamento de Marx, não havendo mais *o detentor inquestionável de uma doutrina comunista*. Como veremos, após o golpe de 1964 e as questões em torno da organização da resistência à ditadura, outros muitos rachas e cisões vão ocorrer na esquerda comunista.

O golpe empresarial-militar 1964 e os desdobramentos dos movimentos socialistas após o golpe

A década de 1960 foi agitada politicamente: nos primeiros anos Jânio Quadros sucedeu Juscelino Kubitschek na Presidência, mas logo renunciou. João Goulart assumiu a presidência, mas sofreu com a pressão dos conservadores e militares, o que levou o Congresso a instituir o parlamentarismo pela via do *golpe branco* (NETTO, 2014). Este também teve seus dias contados, e um plebiscito restaurou o presidencialismo. (KONDER,2003).

Jango era uma figura pressionada politicamente. De um lado, buscava as *reformas de base*, porém não contava com credibilidade na esquerda, além disso, por outro lado, irritava as forças de centro e de direita. Apoiou o movimento operário e possibilitou a organização do Comando Geral dos Trabalhadores (CGT) em 1962. (KONDER, 2003).

Obviamente, os conservadores reagiram – apontavam o perigo do *fermento socialista* (KONDER, 2003, p.74). Na política, a situação se agravava: grandes empresários, políticos de centro e de direita, chefes militares mostravam-se inquietos com

as atividades práticas de socialistas, comunistas ou políticos de esquerda, em geral, em torno dos governos de Leonel Brizola (RS) e Miguel Arrais (PE). (KONDER, 2003, p. 75).

Nesse ambiente, formava-se uma corrente contra Jango: acusavam-no de preparar no Brasil a implantação de uma *república sindical* que entregaria o Estado aos sindicatos operários e o governo confiscaria propriedades e haveria repressão contra os proprietários. Falava-se, nos bastidores da política oficial, em estoque de armas desviadas das Forças Armadas. A indisciplina e a quebra de hierarquia no Exército e na Marinha causavam indignação nos círculos de oficiais e denunciavam uma conspiração favorecida por Jango. (KONDER, 2003, p. 76). *Nas áreas centristas e liberais crescia rapidamente o receio de que Jango, de fato, desrespeitasse a Constituição e desse um 'golpe de esquerda'*. (KONDER, 2003, p. 76). Neste cenário de histeria anti-esquerda e anti-comunismo, forjou-se o apoio das massas – mais notadamente dos setores médios da sociedade – que serviria de contexto para então ser dado o golpe de direita: na madrugada de 31 de março para 1º de abril de 1964 um levante militar depôs o presidente da República e Jango refugiou-se no Uruguai. Segundo Netto (2014), a real motivação para a queda de Jango foi o fato de ele ter encarnado a figura de um reformista burguês democrata e nacionalista num momento em que as classes dominantes recusavam qualquer projeto reformista de conteúdo democrático e nacional. Aliado a isso, a ajuda estadunidense, com sua política de contrarrevolução preventiva na América Latina durante a Guerra Fria, contribuiu para o golpe civil-militar.

Vale lembrar que Prado Jr. (1966), quadro interno do PCB, num esforço de avaliação dos motivos que possibilitaram o golpe posicionou-se radicalmente contra a posição oficial do PCB de apoio e passividade em relação ao movimento que desencadearia o golpe e colocaria toda a esquerda no Brasil numa situação bastante precária. Para o autor o golpe de 1964 refletia a formação inconclusa da Nação brasileira, orientada pelo sentido dos negócios liderados por burguesias sem um definido *caráter nacional*. A análise de Caio Prado Júnior seria um marco para a esquerda brasileira para a controvérsia sobre a *revolução brasileira*¹⁴.

O golpe empresarial-militar de 1964 e a subsequente ditadura, geraram um ambiente de significativa repressão política e perseguição, representando um momento

¹⁴ Ver artigo BORJA *et alli* (2017).

de amplo questionamento sobre os rumos do partido e dos movimentos comunistas, a derrota do golpe teve impactos diretos sobre a forma de organização e atuação dos movimentos sociais e políticos e as reflexões dos militantes em torno destas questões.

Este golpe de Estado teve apoio de vários setores da sociedade, mas logo esse quadro mudou. Muitos parlamentares foram caçados e o Congresso perdeu seus membros mais combativos e passou a ser pressionado para eleger chefes militares para Presidência. Foram eleitos, indiretamente, para presidente os generais Castello Branco, Costa e Silva, Emílio Garrastazu Médici, Ernesto Geisel e João Figueiredo. Por vinte anos os brasileiros ficariam sem o direito de eleger diretamente o Presidente da República – 1964-1989. Nesse período a repressão foi intensa: prisão de ativistas sindicais, estudantes e militantes ou simpatizantes de partidos de esquerda¹⁵. A política econômica era contrária aos trabalhadores: se baseava no *arrocho salarial* e os sindicatos sofriam intervenção em nome da *segurança nacional* (KONDER, 2003)

Konder (2003) destaca as condições do trabalhador rural e sua emigração para áreas urbanas. De modo geral, observa-se uma piora significativa das condições de trabalho e subsistência dos trabalhadores no campo e na cidade, ao longo do processo da ditadura, mesmo coincidindo com crescimento econômico – o que evidencia uma má distribuição de renda significativa. Elemento que será percebido com os dados do Censo de 1970.

Os estímulos para modernização do capitalismo no Brasil, nesse período, abriram caminho para o crescimento do capital especulativo, onde os bancos se fortaleceram.

Nesse contexto, os socialistas mantiveram forte oposição à ditadura. Contudo, Konder (2003) considera que também cometeram ‘equivocos’ não percebendo a extensão e a profundidade das mudanças que ocorreram na sociedade brasileira. A situação exigia novas formas de comunicar as palavras de ordem socialista, de forma que parecessem razoáveis e sensatas, que não parecessem românticas ou irrealistas. Era momento de revisão das concepções e de atualização.

¹⁵ Jango e Brizola foram para o exílio. Miguel Arraes foi preso e também foi para o exílio. Líderes políticos que apoiaram o golpe como Jânio Quadros e Juscelino Kubitschek passaram a ter problemas com as novas autoridades e foram punidos. Carlos Lacerda, que fora comunista e depois crítico dos comunistas, apoiara o golpe, entrou em conflito com os novos dirigentes e seus direitos políticos foram cassados. (KONDER, 1995: 57).

Com a repressão do regime militar, os movimentos das organizações socialistas eram apressados e as decisões eram tomadas de forma abrupta, sem tempo para firmar convicções. As rupturas e cisões se multiplicaram, como explicita Leandro Konder:

O Partido Operário Revolucionário (Trotskista), cuja sigla era PORT(T), sofreu duas cisões sucessivas. A Ação Popular (AP) se dividiu: uma parte dela, majoritária, se converteu ao marxismo-leninismo e se aproximou do PC do B; a outra se empenhou na formação do Partido Revolucionário dos Trabalhadores (PRT). O PC do B, por sua vez, sofreu duas cisões, das quais surgiram o Partido Comunista Revolucionário (PCR) e a Ala Vermelha (KONDER, 2003, p. 81).

Outras cisões ocorrem: da Polop sai o Partido Operário Comunista (POC); o grupo de militantes ligados a Brizola criam o Comando de Libertação Nacional (Colina); outro grupo se une a estudantes e operários de São Paulo e fundam a Vanguarda Popular Revolucionária (VPR); e em 1969, VPR e Colina se fundem: cria a VAR-Palmares.

Ainda neste quadro, destacam-se as defecções sofridas pelo PCB: do partido dirigido por Prestes saem os fundadores da Aliança de Libertação Nacional (ALN), liderada por Carlos Marighella; os fundadores do Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR), liderados por Mário Alves, Jacob Gorender e Apolônio de Carvalho; e mais tarde, os membros da dissidência universitária do PCB no Rio de Janeiro que fundaram o Movimento Revolucionário de 8 de Outubro (MR-8), nome em homenagem a Che Guevara, (Konder, 1995).

Os exemplos de Che Guevara e Fidel Castro eram admirados pelos brasileiros, sendo a experiência da Revolução Cubana tomada, por muitos setores da esquerda, como exemplo para as possibilidades de revolução no Brasil. As concepções de Guevara foram apresentadas em livro por Régis Debray (*Revolução na revolução*) e a ideia de criar um *foco guerrilheiro* ganha destaque como forma de expandir o movimento – a ação militar precederia a organização política – essa teoria foi chamada de *foquismo* (KONDER, 2003, p. 83).

Destaca-se ainda, como influência nesse período, a experiência da Revolução Chinesa e seu líder – Mao-Tsetung, cujas diretrizes para a revolução ficaram conhecidas como maoísmo. Adotada pelo PC do B, essa concepção preconizava que a revolução do século XX seria a revolução da ‘periferia’ contra o ‘centro’, ou seja, do ‘campo’ contra a ‘cidade’, ou ainda, do ‘Terceiro Mundo’ contra a Metrópole. (KONDER, 2003, p. 84).

Com o Ato Institucional no. 5 de dezembro de 1968 a repressão se acirrou: prisões, torturas e assassinatos se acumulavam. Professores universitários eram afastados e a censura perseguia publicações suspeitas de abrigarem esquerdistas (O Pasquim; Opinião) e, ainda, jornais insuspeitos, por serem da imprensa burguesa, como *O Estado de São Paulo* e *Jornal do Brasil*. A Revista Civilização Brasileira foi impedida de publicar, vítima de atos de violência. A devastação alcançava a todos que ousassem contestar o governo ditador.

Os socialistas, na medida do possível, ressurgem na vida política do país: Konder aponta que o Movimento Democrático Brasileiro (MDB), partido de oposição que era consentido pelo regime, reunia alguma oposição ao regime e seria central nas eleições de 1974.

Em termos econômico-sociais, as promessas da ditadura de fazer do Brasil uma grande potência caíram em descrédito. Os índices do chamado *milagre econômico* também mostravam que o crescimento econômico verificado havia sido acompanhado de intensificação da desigualdade social e requeriam seu prosseguimento para que o padrão de acumulação da ditadura pudesse vigorar.

Os detentores do poder entenderam que para evitar um processo de democratização profundo era necessário promover uma *mudança lenta, gradual e segura*, que atendesse a opinião pública.

No governo do presidente General Figueiredo eclodiu o movimento das Diretas-Já, que acelerou o fim da ditadura. Em 1984 a eleição ainda foi indireta e o Congresso elegeu o candidato da oposição: Tancredo Neves. Sua morte antes da posse levou José Sarney à Presidência. O Presidente Sarney convoca uma Assembleia Constituinte e prepara o cenário para as eleições diretas para Presidência em 1989.

Em linhas gerais, o golpe empresarial-militar de 1964 constituiu o que Fernandes (1975) chamaria de uma contrarrevolução permanente encetada pelas heterogêneas burguesias brasileiras (incluídas todas as diferentes frações da classe burguesa no Brasil) e apoiada pela potência hegemônica do capitalismo global, os EUA. A análise de Florestan sobre o período constitui uma das mais ricas análises macrossociológicas sobre o tema e teria consequências importantes para a auto-avaliação do movimento de esquerda no Brasil, pois o autor assumiria, a partir da análise da realidade concreta

brasileira, uma posição bem definida sobre os caminhos da *revolução brasileira*¹⁶, que segundo ele teria um caráter proletário inexorável.

A análise de Florestan Fernandes seria um marco para o processo reflexivo e prático sobre o papel que a revolução russa engendrou no processo emancipatório brasileiro. O sociólogo participaria desta discussão já no último quartel do século XX, sob orientação prática e teórica de dissidências do PCB e constituiria, assim como Caio Prado Júnior, uma crítica à posição do PCB, porém seria uma crítica de fora do partido¹⁷. De fato, o sociólogo ajudaria com a formulação de um partido que emerge do período de distensão política do regime de 1964, que se proporia de base trabalhadora: o Partido dos Trabalhadores (PT), partido que emergiria das greves operárias e reflexões dos trabalhadores e simpatizantes contra a ditadura no ABC em 1978. Vale destacar, que Florestan tinha claro os perigos que tal período, o de abertura política, representava para a *revolução brasileira*, pois uma nova forma política de apassivamento de classes surgia: a democracia de cooptação. As questões que envolvem o PT, o projeto democrático popular e a questão da democracia e a cooptação não fazem parte do escopo deste artigo, ainda que sejam questões altamente relevantes.

Considerações finais

No contexto do centenário da Revolução Russa, buscamos neste artigo fazer um breve panorama do que foi o processo revolucionário russo e como este processo influenciou o panorama político e organizativo da esquerda brasileira em torno do debate sobre revolução no Brasil, buscando revelar o contexto no qual a Revolução Russa influenciou a esquerda no Brasil, tanto no imediato pós-revolução, como também ao longo das décadas seguintes, com os desdobramentos da influência da Internacional Comunista e das demais experiências revolucionárias, como a Revolução Cubana e a Revolução Chinesa.

Muitos movimentos significativos da esquerda comunista no Brasil não foram abordados no artigo, mas isso ocorreu por conta de uma escolha teórica e organizativa. Este artigo faz parte de uma mesa cuja temática é “Revolução brasileira e Revolução

¹⁶ Ver artigo BORJA *et alli* (2007).

¹⁷ Ver artigo BORJA *et alli* (2007).

Russa: debates sobre revolução na periferia” composta, além deste artigo, por mais dois artigos que apresentam dois momentos da controvérsia sobre a revolução brasileira: o primeiro, “Bolchevistas e Trotskystas no Brasil: a Revolução Russa e a revolução brasileira nos anos 1920” de Filipe Pinheiro e o segundo, “Revolução Russa e os caminhos da controvérsia da revolução brasileira: Nelson Werneck Sodré, Caio Prado Junior e Florestan Fernandes” de Borja *et alli*. O objetivo deste artigo era, portanto, apresentar o panorama histórico e político no qual esta controvérsia, em seus dois movimentos, o primeiro nos anos 1920 e início dos anos 1930, e o segundo entre os anos 1930 e 1970, mas mais notadamente, entre os anos 1950 e 1970. Assim, focamos em descrever o processo revolucionário russo, as influências deste processo no Brasil ao longo do século XX, com destaque para os movimentos da revolução russa e da IC e suas influências sobre a esquerda no Brasil e seus pontos de inflexão, mais notadamente: a fundação do PCB em 1922; o VI Congresso da IC em 1928; a divulgação do *Relatório Kruschev* em 1956, durante o XX Congresso do PCUS; a *Declaração do PCB de Março de 1958* e o golpe de 1964.

Passados 100 anos da Revolução Russa, o debate sobre a revolução em geral e a revolução brasileira especificamente continuam a despertar o interesse de muitos militantes e estudiosos. E considerando o atual contexto da luta trabalhadora no mundo e no Brasil, torna-se tarefa do dia reavaliar nosso passado, procurando entender os movimentos e inflexões de nossa história e reflexões teóricas anteriores, visando apreender do processo histórico e da história do pensamento social elementos que possam contribuir para a ação política e a reflexão teórica contemporânea.

Referências Bibliográficas

ANTUNES, Ricardo. “Os Comunistas no Brasil: As repercussões do VI Congresso da Internacional Comunista e a primeira inflexão stalinista no Partido Comunista do Brasil (PCB)”. In: **Cadernos do AEL**, Campinas, nº 2, 1995, pp. 12-34.

AQUINO, Rubim. **Das sociedades modernas às sociedades atuais**. Rio de Janeiro: Record. 2000.

BANDEIRA, Moniz *et alli*. **O ano vermelho: a revolução russa e seus reflexos no Brasil**. Rio de Janeiro. 1967.

BORJA, *et alli*. “A Revolução Russa e os caminhos da controvérsia da Revolução Brasileira: Nelson Werneck Sodré, Caio Prado Jr. e Florestan Fernandes”. *In: Anais Colóquio Internacional Marx e o Marxismo 2017: de O Capital à Revolução de Outubro (1867-1917)*. Niterói, 2017.

DEL ROIO, Marcos. “O impacto da Revolução Russa e a Internacional Comunista no Brasil”. *In: MORAES, João Quartim de; REIS, Daniel Aarão (org.). História do marxismo no Brasil – Volume 1: O impacto das revoluções*. 2ª Ed. Campinas: Editora Unicamp, p. 51-108, 2007.

HOBBSAWM, Eric. **Era dos Extremos: o breve século XX (1917-1991)**. São Paulo: Companhia das Letras. 1995.

IANNI, Octavio. **A questão social**. *In: Revista USP*. Setembro, Outubro e Novembro. São Paulo. N. 145. 1989.

KAREPOVS, Dainis *et alli*. “Trotsky e o Brasil”. *In: História do Marxismo no Brasil – Volume II: os influxos teóricos*. 2ª Ed. Campinas. Editora da Unicamp. 2007, p. 229-254.

KONDER, Leandro. **A Derrota da Dialética: A recepção das idéias de Marx no Brasil, até o início dos anos trinta**. São Paulo: Expressão Popular, [1988] 2009.

_____. **História das ideias socialistas no Brasil**. São Paulo: Expressão Popular. 2003.

NETTO, José Paulo. **O que é Stalinismo?** Coleção primeiros passos. São Paulo: Editora Brasiliense. 1985.

_____. **Pequena história da ditadura brasileira (1964-1985)**. São Paulo: Cortez, 2014.

PCB. **PCB: vinte anos de política 1958-1979 (documentos)**. São Paulo: LECH, 1980.

PINHEIRO, Filipe. “Bolchevistas e Trotskistas no Brasil: a revolução russa e a controvérsia da revolução brasileira nos anos 1920”. *In: Anais Colóquio Internacional Marx e o Marxismo 2017: de O Capital à Revolução de Outubro (1867-1917)*. Niterói, 2017.

_____. **A Revolução Brasileira**. São Paulo: Editora Brasiliense, 6ª edição, [1966] 1978.

RICUPERO, Bernardo. “A Aventura Brasileira do Marxista Caio Prado Jr.” *In: PINHEIRO, Milton. (org.) Caio Prado Júnior: história e sociedade*. Salvador: Quarteto, 2011, p. 73-108.

SANTOS, Raimundo. “Crise e Pensamento Moderno no PCB dos anos 50”. *In*: MORAES, João Quartim de; REIS, Daniel Aarão (org.). **História do marxismo no Brasil** – Volume 1: O impacto das revoluções. 2^a Ed. Campinas: Editora Unicamp, p. 199-229, 2007.

SODRÉ, Nelson. **Uma contribuição importante** (Prefácio). *In* *Bandeira et alli* O ano Vermelho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 1967.

SUZIGAN, Wilson. **Indústria brasileira: origem e desenvolvimento**. São Paulo: Editora brasiliense. 1986.

VINHAS, Moisés. **O Partido** – A luta por um partido de massas – 1922-1974. São Paulo: Editora Hucitec, 1982.

ZAIDAN FILHO, Michel. **PCB (1922-1929):** Na busca das origens de um marxismo nacional. São Paulo: Global, 1985.